

# Via Direta

## CAMPANHA SALARIAL

Edição Especial . Ano 7 . Salvador, segunda-feira, 31 de março de 2008 . Telefax (71) 3496-8387

## Campanha Salarial

# Após acordos, mobilização continua firme para garantir novas conquistas

Os acordos assinados entre a Condsef, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o governo, na terça-feira, 25, conquistaram reajustes nas tabelas salariais de diversas categorias (veja encarte), mas não significaram o fim da mobilização dos trabalhadores.

O governo garantiu a continuidade das negociações a partir de abril, fato visto como positivo pelos trabalhadores. No entanto, eles não pretendem esperar sentados pela boa vontade governista.

A nova etapa da briga pelo atendimento das reivindicações pendentes teve início já neste mês. Nesta quarta-feira, 26, servidores de todo o país reuniram-se numa grande Marcha a Brasília, que contou com o apoio e a participação da CUT.

"Nossa luta não é apenas por melhorias nos salários", explica Edvaldo Pitanga, Coordenador Ge-

ral do Sintsef, "ela é muito mais ampla e abrange, sobretudo, a defesa do serviço público e a valorização do servidor". A pauta do ato público incluiu a defesa das negociações, com cumprimento integral dos acordos, ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT e institucionalização da negociação coletiva.

A atividade mostrou ao governo a importância dos pontos ainda não acordados e buscou definir, junto ao Ministério do Planejamento, uma agenda mínima de negociações. Os servidores esperam avançar sobre questões pendentes, como o plano de saúde, e lutar por melhorias nos auxílios-alimentação e creche. A defesa da paridade, a correção das distorções, a reestruturação dos órgãos públicos e retirada de projetos de lei que atacam direitos dos servidores (ver quadro) também entraram na pauta.

Além disso, diversos setores da

### Ataques aos direitos do Servidor

Os servidores públicos exigem a retirada de projetos de lei que atacam os seus direitos:

- PLP 248/98 - regulamenta demissões no serviço público alegando suposta "insuficiência de desempenho";

- PLP 1992/07 - permite a criação de fundações estatais para atuar na saúde e em diversas outras áreas do serviço público; os funcionários serão regidos pela CLT e não pelo Regime Jurídico Único;

- PLC 1992/07 - Fundos de pensão; institui o regime de previ-

dência complementar para os servidores. A contribuição está pré-definida no projeto, mas o valor do benefício segue as regras do mercado.

- PLS 611 (antigo PLP01) - estabelece que o aumento das despesas com pessoal entre 2007 e 2016 fique limitado ao reajuste com base na inflação do período, acrescido de 2,5% do aumento real da folha de pagamento.

base da Condsef ainda não firmaram acordo, como os administrativos da AGU e servidores do

DNOCS. A entidade lutará para que esses servidores também tenham garantidos reajustes em 2008.

## Defesa da paridade

A Marcha a Brasília reiterou a defesa ao direito à paridade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas. O governo mantém-se irredutível quando a questão diz respeito à equiparação salarial.

Os acordos assinados mantiveram a pontuação para os inativos menor do que para os ativos. A representação sindical incluiu uma ressalva no Termo de Acordo, ao

afirmar que ele não contempla todas as bandeiras de lutas históricas das entidades como a CUT e a Condsef, com especial menção a questão dos aposentados e pensionistas.

A Condsef, a CUT e o Sintsef não se deixarão intimidar diante dos obstáculos que ora se apresentam e continuarão a lutar por este que é um direito constitucionalmente garantido ao servidor.

## Imprensa

Jornais e TVs de todo o país engoliram a "isca" lançada pelo Ministério do Planejamento. Logo após a assinatura do Termo de Acordo, alardearam em suas manchetes que os 800 mil servidores seriam beneficiados com aumentos de até 137,28%.

A má qualidade da informação só contribuiu para aumentar o preconceito da opinião pública para com os servidores públicos. Passam

a imagem de supostos privilegiados que recebem aumentos muito acima do padrão nacional. Faltou explicar o modo parcelado como os reajustes foram concedidos - em diversos casos, não chegarão a 1% em 2008 - e que boa parte das categorias contempladas, como o PGPE, sofre há anos com os menores salários da União, chegando, muitas vezes, a receber complementação de salário mínimo no vencimento básico.

Pg 2

**Luta:** Acordos garantem reajustes para cerca de 800 mil servidores

Pg 2

**Acordos:** Detalhes dos Termos de Acordos firmados

Pg 3

**28,86%:** Jurídico inicia 2008 com conquista histórica

Pg 3

**Desmonte:** Fantasma do desmonte assombra servidores

Pg 4

**Avanços:** Projetos de lei ratificam Convenções da OIT

Pg 4

**Negociações:** Condsef negocia melhorias em tabela fazendária

## Luta

# Acordos garantem reajustes para cerca de 800 mil servidores

A luta dos trabalhadores, em greves e mobilizações diversas ao longo dos últimos anos, assegurou a assinatura de Termos de Acordo, nesta terça-feira, 25 de março, que garantem a recomposição das tabelas salariais para cerca de 800 mil servidores públicos de dez setores. Poucos dias antes, os trabalhadores do INCRA já haviam celebrado a conquista de um acordo similar que reajustou tabelas dos cerca de 11 mil servidores da categoria.

Selados entre representantes da Condsef, Ministério do Planejamento e da CUT, os Termos serão encaminhados através de Medida Provisória (MP). O Sintsef e a Condsef avaliam que, embora eles não sinalizem para uma recuperação das perdas salariais dos trabalhadores, nem atendam a boa parte das reivindicações históricas da categoria, trazem conquistas bastante positivas e representam o melhor caminho a ser trilhado, frente ao atual contexto político.

Além das novas tabelas, a MP a ser enviada ao Congresso Nacional estabelece mudanças importantes, seguindo os parâmetros definidos no acordo dos trabalhadores da Cultura, que simplificam a estrutura remuneratória dos integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e carreiras oriundas, que somam cerca de 460 mil servidores.

A estrutura salarial desses servidores atualmente é composta de Vencimento Básico, Gratificação de Atividade Executiva (GAE), Vantagem Pecuniária Individual (VPI) e a gratificação de desempenho. A incorporação desses "penduricalhos" salariais, com suas inevitáveis distorções provocadas na remuneração final do servidor, sempre foi uma bandeira de lutas histórica da Condsef e do Sintsef.

Agora, as etapas do processo de reestruturação prevêem uma nova estrutura composta pelo Vencimento Básico e gratificação de

desempenho, além das vantagens de caráter pessoal.

A conquista é de extrema importância, uma vez que a incorporação das gratificações produtivistas põe fim à instabilidade do abono. A gratificação não equivale ao salário e, portanto, corre riscos de ser suprimida por decisões alheias à vontade do servidor, além de não influenciar no valor dos passivos trabalhistas. A partir de sua incorporação, o vencimento básico cresce, produzindo reflexos positivos no 13º e aposentadoria, por exemplo.

Os trabalhadores continuam firmes na luta pela incorporação de todas as gratificações. A categoria segue descontente com o atual sistema, em que o trabalhador só conquista o abono após ser submetido a uma avaliação de desempenho, feita pelas chefias. Para a Condsef, isso limita a ação do trabalhador e faz da avaliação uma poderosa ferramenta política dentro da instituição.

## Histórico das negociações

Após o fim da CPMF, o governo expôs à Condsef que só dispunha de R\$ 3,4 bilhões para gastos com pessoal, sendo que, desse valor, R\$ 1,4 bilhões já estavam destinados ao reajuste dos militares. A entidade contra-argumentou, afirmando que a responsabilidade pelo orçamento federal é do governo e que não seria justo retirar recursos do serviço público a pretexto de cobrir déficit da CPMF (em tese, uma contribuição destinada ao custeio da saúde pública e benefícios sociais).

Os servidores alertaram que estavam dispostos à greve, caso o governo continuasse a falar em repactuação dos prazos. O governo propôs, então, um "tudo ou nada": ou a categoria aceitava a atual proposta de reajuste, parcelada até 2011, sendo a primeira parcela com efeitos financeiros previstos já para março de 2008, além da garantia do prosseguimento das negociações pendentes, ou as negociações prosseguiriam - mesmo em meio à greve - sem o compromisso de apresentar algo de concreto para este ano.

O pouco tempo para tomar a decisão, diante da urgência do governo em encaminhar as MPs, tampouco permitiu que a Condsef convocasse uma Plenária Nacional e submetesse a decisão para as suas bases. A reunião do Conselho Deliberativo de Entidades avaliou que, diante da baixa perspectiva de mobilização da categoria, no presente momento, e da pouca disposição das entidades gerais em unificar as lutas, ao invés de negociar isoladamente, não havia alternativa que não aceitar os acordos.

A decisão, contudo, não implicou em submissão às decisões do governo. Os valores do acordo estão acima do teto considerado como minimamente aceitável pela categoria, aprovado em fóruns anteriores da entidade. A Condsef não negocia acordos que prejudicam a categoria.

## Detalhes dos Termos de Acordos firmados

### Acordo da Cultura serve de parâmetro

A luta e a resistência dos trabalhadores do Ministério da Cultura, apoiadas pela Condsef e entidades gerais, garantiram à categoria a assinatura de um acordo que serviu de parâmetro para todos os outros assinados a partir daí. Os servidores conseguiram já em março de 2008 a incorporação de duas gratificações no vencimento básico: GAE e a VPI.

Em janeiro de 2009, será a vez da gratificação fixa do setor ser incorporada ao vencimento básico. Com isso, o salário-base atingirá os valores propostos no acordo assinado anteriormente, em 2007. Além da incorporação, os servidores conseguiram garantir um prazo de 180 dias para a criação de uma nova gratificação para o setor.

### PGPE

O PGPE engloba todos os servidores do antigo PCC não contemplados com planos especiais específicos ou com carreira. Possui, atualmente, um dos piores salários da União. Com o acordo, terão uma nova estrutura remuneratória, a ser

implementada em cinco etapas: março/2008; janeiro e julho/2009; julho/2010 e julho/2011.

Já em 2009, a GAE e a VPI serão incorporadas ao vencimento básico. Ao fim do processo, os reajustes acumulados na gratificação irão variar de 27,19% a 106,11%, de acordo com níveis, classes e padrões de carreira.

### INCRA

Servidores do INCRA comemoraram, no último dia 6, a assinatura do Termo de Acordo que implementou reajustes nas tabelas salariais da categoria. Este ano os reajustes ficam entre 14% e 29% para os ativos e para os aposentados, variam entre 2% e 33%. As outras parcelas vão ser repassadas pelo governo em janeiro e março de 2009, e a última em março de 2010.

Para Carlos Borges, coordenador do Sintsef e um dos representantes da Bahia nas negociações do INCRA, a conquista é importante, mas pode ser ampliada: "Precisamos mobilizar por outras demandas do Plano de Carreira, como a reestruturação do órgão e a recomposição da força de trabalho", lembrou.

### Previdência, Saúde e Trabalho

Os trabalhadores da previdência, da saúde e do trabalho seguirão os parâmetros definidos pela tabela da Cultura e aplicados ao PGPE: reestruturação salarial, com incorporação da GAE e VPI ao vencimento básico em 2009. Os efeitos financeiros serão distribuídos em quatro etapas: março/2008; fevereiro/2009; julho/2010 e julho/2011. Em 2011, os reajustes acumulados na gratificação deverão variar de 32,97% a 137,28%, de acordo com o nível, a classe e o padrão da carreira.

### Administrativos da PRF também são incluídos

A Condsef conseguiu dobrar a resistência do governo e incluir mais uma categoria na MP: os administrativos da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O governo relutou, mas ao fim, consentiu em dar a eles o mesmo tratamento dado aos administrativos da Polícia Federal. A nova estrutura remuneratória da categoria será implementada em quatro etapas: março de 2008; janeiro e julho de 2009 e maio de 2010.

28,86%

## Jurídico inicia 2008 com conquista histórica

Em mais uma conquista vitoriosa da persistência e luta dos associados, o Sintsef deu início em janeiro deste ano ao pagamento dos reajustes de 28,86% para os integrantes da ação nº 200334000078596, em trâmite na 6ª Vara da Justiça Federal - DF.

O pagamento desta etapa inicial contemplou mais de 850 servidores. Para recebê-lo, basta dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil, munido de CPF e RG. Por ora foram liberadas as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) - valores até R\$ 22.500,00 -, que União admitiu como devidas a cada servidor. Moisés Araújo, Coordenador Jurídico do sindicato, esclarece: "As diferenças de pagamentos entre os valores calculados pela Justiça Federal e os efetivamente pagos ficarão aguardando novos desdobramentos do processo".



Moisés Araújo, Coordenador de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe do Sintsef

A partir de janeiro de 2009, quando tem início o pagamento dos precatórios dessa mesma ação, mais

2.690 associados serão beneficiados. O Sintsef reitera que esses precatórios também são da parte incontroversa da ação e não os valores calculados pela Contadoria da Justiça Federal.

Os servidores que não têm processo de 28,86% e nem assinaram acordo com o governo para o recebimento do percentual ainda podem integrar uma nova ação ajuizada pelo Sintsef. Basta ser associado, preencher a procuração e Termo de Autorização disponíveis na entidade ou na página do sindicato, na internet, e reconhecer firma desses documentos.

A ação beneficia associados que tiveram seus processos indeferidos ou que ainda não haviam enviado a documentação necessária para o pleito.

### FGTS

O sindicato ajuizará, também, uma nova ação de revisão do FGTS. Desta vez, terão direito apenas os associados que optaram pelo Fundo antes de 1971. Basta encaminhar a documentação necessária: Termo de Autorização - disponível na internet ou na sede do sindicato e núcleos regionais - junto a cópias da carteira de identidade e da carteira de trabalho (páginas de identificação e opção do regime.)

Os associados têm até o final deste mês para manifestar seu interesse pela ação.

A revisão beneficia o trabalhador que estava empregado antes da vigência da Lei nº 5.705, de 1971, que acabou com a capitalização progressiva das contas do FGTS.

## Desmonte

# Fantasma do desmonte volta a assombrar servidores

A história é velha conhecida dos servidores: ao invés de investir em determinados órgãos públicos, capacitá-los com equipamentos adequados e pessoal qualificado, o governo abandona-os à própria sorte, facilitando o seu sucateamento e conseqüente desmonte.

Está acontecendo de novo e dessa vez a dose é tripla: servidores do DNOCS, Funasa e Ceplac amargam dias de abandono e tensão, provocada por rumores variados, movidos por interesses distintos, que nada têm a ver com o importante papel social desempenhado por estas instituições.

### DNOCS

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), prestes a completar 100 anos em 2009, é o exemplo mais evidente desta situação. No semi-árido baiano, sua atuação ajuda milhares de famílias a superarem o problema da estiagem. No entanto, há mais de 40 anos o órgão não renova seu quadro de funcionários permanentes. Ao final do governo FHC, o órgão chegou a ser extinto.

Este ano, a verba que lhe foi destinada no Orçamento equivale a zero!

Em 2007, uma série de seminários, que envolveram parlamentares, a direção do Sintsef e a representação de base do órgão, discutiram a sua reestruturação. A idéia é que, em vez do sucateamento, sejam retomados os investimentos no DNOCS, para que o órgão seja fortalecido e continue a prestar melhores serviços à população.

### CEPLAC

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) enfrenta problemas similares. Na Bahia e em outros estados, o quadro é desanimador: terceirização, precariedade das condições de trabalho e desmotivação. Fontes do governo já admitem o desmonte do órgão, transferindo a área de pesquisa à Embrapa, as escolas e a formação ao Ministério da Educação e a parte de extensão rural aos estados. "Isto desvaloriza a instituição, que é um importante instrumento de fomento de pesquisa

e de extensão rural", afirma Everaldo Anunciação, um dos representantes do Sintsef nas negociações que reivindicam a institucionalização da Ceplac.

Com o intuito de debater com a sociedade o papel da Ceplac, uma série de audiências públicas acontecerão nos estados. Nos próximos dias, a Condsef solicitará uma audiência com os ministros da Agricultura e da Casa Civil e governadores.

A categoria, que faz parte do PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo), está entre os 290 mil servidores que aguardam proposta de tabela remuneratória que seria apresentada pelo Ministério do Planejamento nesta terça-feira. Mas a reunião foi cancelada sob alegação de que alguns ajustes precisam ser feitos.

### FUNASA

Já na Funasa, a ameaça são as fundações estatais de direito privado. A proposta, enviada à Câmara dos Deputados em 2007, é uma terceirização de mão-de-obra disfarçada, que abre brechas para a contratação

de funcionários públicos sem concurso e regidos pela CLT, e não mais pelo Regime Jurídico Único (RJU). Prevê ainda, que as fundações passarão a administrar os hospitais, bem como poderão ser utilizadas em várias outras áreas da esfera federal.

Além disso, a política de desmonte da Funasa traz conseqüências nefastas para a população. O retorno sazonal de epidemias como dengue e febre amarela refletem os desmandos político-administrativos que regem a instituição.

Enquanto isso governo segue sem apresentar nenhum projeto de reestruturação que permita à Funasa executar sua missão institucional.

Para Antonio "Capila" Sobrinho, Coordenador de Políticas Sindicais do Sintsef e servidor da Funasa, a instituição tem de assumir o papel social que tinha anteriormente: "É preciso que o controle de endemias e saneamento sejam administrados pela Funasa, bem como, expandir a política de assistência à saúde do índio a outras comunidades menos favorecidas, como quilombolas, populações ribeirinhas, assentados e ciganos", exemplifica.

## Avanços

## Projetos de lei ratificam Convenções da OIT

Para acelerar o processo de aprovação dos projetos de lei que ratificam as convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Condsef iniciou um trabalho de mobilização junto a parlamentares, no Congresso Nacional. Em fevereiro, a Confederação participou, em Brasília, do encontro que marcou a assinatura dos projetos.

As propostas representam uma conquista histórica da luta dos trabalhadores. As greves que levaram mais de 150 mil servidores públicos a cruzar os braços em 2007 acenderam o alerta vermelho no governo federal que, finalmente, decidiu encaminhar a proposta de ratificação das convenções 151 e 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As propostas recomendam a adoção de um sistema de negociação coletiva no setor público (151) e inibem a demissão imotivada (158). O envio dos projetos ao

Congresso Nacional é fruto de intensas negociações entre governo, CUT (Central Única dos Trabalhadores), Condsef e demais entidades que fazem parte da bancada sindical.

Desde 2003, o governo adia essa decisão, com o argumento de que a ratificação aumentaria os vencimentos do funcionalismo e, em consequência, as despesas públicas. Por isso, desde aquele ano, tramita na Câmara dos Deputados, sem ser apreciado, o Projeto de Emenda à Constituição de número

“ O envio dos projetos ao Congresso Nacional é fruto de intensas negociações entre governo, CUT, Condsef e demais entidades que fazem parte da bancada sindical. ”

129, dos deputados Maurício Rands (PT-PE) e Vicentinho (PT-SP), que assegura a negociação coletiva dos servidores públicos. No projeto, é expressa a necessidade de se estabelecer um novo modelo de relações de trabalho e de revisões salariais, para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população brasileira.

A bancada sindical apresentou um documento ao governo contendo bases conceituais do que é considerado essencial para compor um sistema de negociação coletiva.

Para a Condsef, a expectativa é otimista, pois, mesmo que a 151 não resolva todos os problemas que envolvem negociação entre servidores e governo, ela passa a obrigar



Edvaldo Pitanga  
Coord. Geral do Sintsef e Secretário de  
Relações Internacionais da Condsef

o governo a adequar a legislação brasileira às normas internacionais de negociação no setor.

## Sintsef amplia participação na Condsef

A Plenária da Condsef é o maior fórum deliberativo da categoria e em sua penúltima edição contou com participação expressiva do Sintsef-BA. O sindicato compareceu ao evento com 11 delegados da capital e núcleos regionais representando setores como a AGU, Incra, Iphan, DNOCS, Funasa e servidores civis dos órgãos militares.

Outra conquista importante para os trabalhadores do serviço público baiano é a maior participação efetiva do Sintsef nas decisões da Condsef desde a sua fundação. O sindicato tem presença de destaque na Gestão 2008-2011, que assumiu a direção da entidade em janeiro deste ano. O Coordenador Geral do Sintsef, Edvaldo Pitanga, assume a titularidade da Secretaria de Relações Internacionais. Além dele, três outros dirigentes do

sindicato compõem a Direção Nacional e irão colaborar para o desenvolvimento das atividades da Confederação: Pedro Moreira, Antonio "Capila" Sobrinho e Eriza Galvão.

Nos Departamentos, a participação é ainda mais significativa, com cinco integrantes: Romualdo Neto (Departamento de Servidores Civis dos Órgãos Militares), José Francisco de Oliveira (Departamento de Meio Ambiente), Izabel Machado (Departamento de Agricultura e Reforma Agrária), Rui Santos Xavier (Departamento de Advocacia Pública) e Antonio Genário Fagundes (Departamento do Ministério do Trabalho e Emprego).

Essa maior participação aumenta o poder de discussão e deliberação do sindicato nos fóruns da Confederação.

## Condsef negocia melhorias em tabela fazendária

A luta dos fazendários, apoiada pela Condsef, conseguiu dobrar a resistência do governo e incluir a tabela remuneratória da categoria na Medida Provisória com reajustes que deverá ser enviada ao Congresso Nacional nos próximos dias. Os trabalhadores, contudo, ainda não puderam comemorar, já que a tabela traz alterações significativas em relação ao que havia sido pactuado com os representantes dos trabalhadores. Entre outros problemas, os valores de Vencimento Básico (VB) dos níveis superior e intermediário estão abaixo da proposta apresentada para o PGPE.

As mudanças provocaram muita insatisfação entre a categoria, pois o governo havia informado que nenhuma tabela seria maior ou menor que a do PGPE. A Condsef considerou as alterações como inaceitáveis, uma vez que as tabelas de todas as cate-

gorias com acordos firmados até agora trazem o VB como principal item do contracheque. A entidade segue negociando melhorias com o Planejamento.

A proposta salarial apresentada integra o Plano de Cargos Fazendário, discutido desde 2005, quando foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com a participação de servidores de diversos estados. Após algumas greves realizadas pela categoria, o governo concordou em assinar termo de compromisso que garantia a criação de uma carreira para administrativos do setor. Atualmente, o Plano encontra-se no Ministério do Planejamento, para ser encaminhado ao Congresso Nacional. Para Ivana Pauferro, Coordenadora de Imprensa do Sintsef e representante da Bahia no GT, "só a união dos trabalhadores trará avanços nas conquistas".

